

O estudo dos ricos no Brasil

Marcelo Medeiros*

Resumo – São apresentados alguns aspectos dos estudos sobre ricos no Brasil, em particular a motivação para a realização desses estudos, os desafios metodológicos relacionados à obtenção de informação e identificação dos ricos na população e os resultados obtidos por certos estudos brasileiros recentes. O artigo também aponta sugestões para a realização de estudos futuros.

Palavras-chave – Ricos. Riqueza. Linha de riqueza. Desigualdade de renda. Pobreza

JEL – I31, J22, J31

Introdução

Uma das características do Brasil é a persistência de elevados níveis de desigualdade social ao longo de sua história recente. Esta desigualdade estrutura boa parte das relações sociais da população brasileira e se manifesta de várias formas. Em que pese o mito da sociedade de iguais na cultura brasileira, o Brasil é uma sociedade extremamente hierarquizada que estabelece, ora por regras explícitas, ora por normas sutis, papéis bem definidos que determinam o que as pessoas podem e devem fazer. Não seria exagero dizer que o bom entendimento da sociedade brasileira requer uma análise detalhada das desigualdades que a caracterizam.

No que diz respeito à distribuição da renda, o Brasil se encontra, há várias décadas, entre os países que apresentam os maiores níveis de desigualdade do mundo. A desigualdade é excessiva e desnecessária no Brasil, e sua redução poderia ser muito benéfica para a massa de população em piores condições de vida. Uma maior igualdade seria positiva para a sociedade brasileira, primeiramente, pelo valor intrínseco que existe em

* Coordenador do IPEA no International Poverty Center Undp, IPC-UNDP, Brasil. E-mail: marcelo.medeiros@undp-povertycentre.org.

se viver em uma sociedade igualitária e também porque a igualdade é o caminho mais viável para se erradicar, em um prazo razoável de tempo, situações moralmente inaceitáveis como a miséria no Brasil, país de recursos abundantes.

A distribuição dos rendimentos no Brasil tem uma característica peculiar: a segmentação da população em uma grande massa homogênea de famílias de baixos rendimentos e uma reduzida elite rica. A maior parte dos elevados níveis de desigualdade deve-se a essa segmentação e não a diferenças que ocorrem entre as famílias da massa não-rica. Essa partição da sociedade entre ricos e não-ricos é resultado de uma organização social que produz e mantém desigualdades ao longo do tempo. Há boas razões para se crer que as várias dimensões em que existem desigualdades na sociedade brasileira se inter-relacionam e são influenciadas por alguns elementos comuns. Neste sentido, estudar as origens da riqueza no Brasil é um meio para se compreender não só o que está na fonte das diferenças de situação econômica, mas, também, na raiz de muitas outras desigualdades sociais.

Este artigo discute alguns aspectos dos estudos sobre ricos no Brasil e para isso está dividido em quatro seções, além desta introdução. A primeira seção enfatiza a importância do estudo dos ricos para se entender melhor as desigualdades de renda no Brasil. O argumento central defendido é que a redução da desigualdade e a erradicação da pobreza em um prazo razoável de tempo requer políticas redistributivas e, para isso, é preciso se conhecer melhor os ricos para avaliar os limites dessas políticas e assegurar um desenho adequado para elas.

Em seguida há uma seção dedicada a dois importantes desafios metodológicos enfrentados no campo dos estudos sobre os ricos. O primeiro diz respeito à obtenção de informações sobre o grupo dos ricos que tenham ampla cobertura geográfica e permitam a associação da riqueza a características das famílias e indivíduos. Algumas vantagens e desvantagens dos levantamentos mais usados no Brasil para esse tipo de estudo são discutidas. O segundo diz respeito aos métodos de identificação dos ricos nestes levantamentos, por meio de linhas de riqueza, destacando a diversidade de linhas empregadas nos estudos sobre o Brasil.

A terceira seção apresenta alguns resultados recentes de pesquisas sobre ricos realizadas no país. São mostradas conclusões de pesquisas

sobre consumo, composição dos rendimentos, organização e estrutura familiar e características dos trabalhadores das famílias ricas. A literatura um tanto limitada desta discussão reflete o tamanho e desenvolvimento do campo de estudos. Uma última seção sumariza o texto.

Embora existam obras que se debruçam sobre grupos de maior riqueza na sociedade desde os primórdios das ciências sociais, os estudos específicos sobre ricos ainda estão em sua infância e sequer há acordo sobre a terminologia a utilizar. Não existe um consenso na literatura sobre o significado do termo “ricos” e a coexistência de definições diferentes torna-o sujeito a controvérsias. Além disso, é óbvio que o termo possui uma carga valorativa e, portanto, é compreensível que seu uso provoque reações extremadas. Curiosamente, essas reações são, geralmente, muito mais fortes do que as decorrentes do conflito entre diferentes definições de pobreza. O uso do termo “ricos”, portanto, merece o último comentário desta introdução.

Não se pode desconsiderar que existe uma motivação de viés igualitarista para os estudos realizados até o momento e o uso do termo “ricos” é o que melhor explicita essa dimensão política. Por outro lado, do ponto de vista analítico, substituir “ricos” por algo mais neutro, como “afluentes”, não afetaria de maneira expressiva as conclusões gerais da pesquisa que vêm sendo realizadas. Há razões para crer que “ricos” é um termo apropriado e não representa qualquer problema fora da esfera estritamente valorativa. As pesquisas existentes no Brasil, geralmente, usam definições bastante precisas de quem compõe o grupo e, como não existe um consenso sobre o significado do conceito, a definição usada não vai de encontro a uma eventual definição dominante na literatura. Não há, portanto, um motivo claro para que o termo “ricos” seja descartado.

2. Legitimidade do campo: por que estudar os ricos?

O Brasil é um país marcado por desigualdades sociais elevadas e persistentes. As conseqüências destas desigualdades são graves para uma parte expressiva da população, que vive em condições miseráveis. A renda é tão concentrada que o centésimo mais rico da população possui uma renda superior à soma de todos os rendimentos da metade mais pobre

desta população, e pelo menos um quarto de toda a desigualdade de renda é determinado pela diferença relativa entre apenas 3% da população mais rica e o restante das pessoas (MEDEIROS, 2003).

A combinação do nível e da forma da distribuição de renda no país é bastante peculiar. Furtado já notava, no início da década de 1980, que a sociedade brasileira é uma sociedade com recursos relativamente abundantes, porém fortemente segmentada, na qual reduções expressivas nos níveis de desigualdade podem ser obtidas por transferências das elites mais ricas para a massa de baixa renda (FURTADO, 1981). Desigualdade mais baixa implica, entre outras coisas, muito menos pobreza. Logo, a miséria no país pode ser entendida sob a ótica de um conflito distributivo persistente.

Em geral, políticas de erradicação ou, pelo menos, de redução da pobreza, concentram-se em torno de três eixos básicos: modificações no volume da população, aumento da quantidade agregada de recursos e mudanças em sua distribuição. Estes eixos se traduzem em políticas de controle da fecundidade, crescimento da economia ou promoção da igualdade. Embora muitos acreditem que a pobreza no Brasil esteja associada a um regime demográfico explosivo e que a alternativa do crescimento seja atraente porque pode representar uma situação de mudança, na qual alguns ganhem sem que ninguém perca, a redução da pobreza sem uma diminuição concomitante dos níveis de desigualdade é praticamente inviável.

Todavia, a crença de que os problemas sociais brasileiros estão relacionados a um regime demográfico explosivo ainda é forte no país. O estudo de REIS E CHEIBUB (1995), por exemplo, mostra que 26% das elites empresariais por eles pesquisadas ainda acreditam que o controle populacional deve ser a principal iniciativa para a redução da desigualdade no Brasil. No entanto, as evidências indicam que o controle da fecundidade teria, no Brasil, efeitos inexpressivos em termos de redução dos níveis de pobreza. A taxa de fecundidade, que foi alta até pelo menos a década de 1960, sofreu uma forte redução nas décadas seguintes e hoje já se encontra nos patamares mais baixos da América Latina, próximos a níveis europeus. Níveis 20% inferiores aos atuais seriam insuficientes para compensar a mortalidade e, no médio prazo, tenderiam a inverter

a forma da pirâmide demográfica, o que, em países europeus, já é objeto de preocupação (HAUB, 2002).

Além disso, BARROS E CAMARGO (1994) demonstraram que a maior parte da pobreza não se deve ao fato de as famílias pobres serem relativamente maiores do que as famílias não pobres. Mesmo se supondo uma restrição extrema e imediata no número de filhos em todas as famílias, de impacto muito maior do que o observado em qualquer país do mundo, a incidência da pobreza se manteria em patamares muito semelhantes aos observados atualmente (MEDEIROS, 2003). Salvo as hipóteses absurdas de se aumentar a mortalidade ou promover a emigração em massa dos pobres, a pobreza não pode ser revertida apenas por políticas de população.

A redução expressiva da pobreza nas próximas décadas, baseada apenas no crescimento puro da economia, também é uma alternativa pouco viável. A aritmética que leva a essa conclusão é trivial. Pouco mais de um terço dos pobres têm rendimentos inferiores à metade da linha de pobreza; para alcançar – mas não ultrapassar – a linha de pobreza, as menos pobres entre essas pessoas teriam de ver sua renda duplicada, o que ocorreria com um crescimento igualmente distribuído da economia da ordem de 100%. Isso significa que taxas de crescimento de 5% ao ano, estáveis e sustentadas por quinze anos, seriam ainda pouco para erradicar a pobreza.

Se a economia brasileira reproduzisse o comportamento das taxas de crescimento observado nas décadas de 1980 e 1990, e o aumento proporcional do produto fosse distribuído de maneira igual entre a população, depois de vinte anos a proporção de pobres seria ainda dois terços da observada atualmente (MEDEIROS, 2003). Apenas com a repetição, por duas vezes consecutivas, do “milagre econômico” da década de 1970, mas sem o aumento da concentração de renda que o acompanhou, é que o crescimento seria capaz de levar a incidência da pobreza para abaixo de um terço dos níveis atuais. É evidente que milagres não se repetem com facilidade. Analisando o impacto do crescimento econômico sobre a pobreza no país, BARROS E MENDONÇA (1997) demonstram que o Brasil está entre os países onde o crescimento econômico é menos necessário para a redução da pobreza. A conclusão óbvia é de que crescimento, embora

seja bom, é também claramente insuficiente para a erradicação da pobreza em um prazo razoável.

Políticas redistributivas são um caminho necessário para melhorar expressivamente as condições de vida da massa mais pobre do país nas próximas décadas. A implementação dessas políticas requer conhecimentos sobre as populações a elas diretamente relacionadas. Existem excelentes estudos sobre os pobres, que constituem a população que irá receber os recursos. No Brasil, uma literatura extensa e de ótima qualidade trata da descrição das características da população pobre e analisa os determinantes da pobreza. Sabe-se, porém, muito pouco acerca do grupo dos ricos, que seria mais afetado por transferências redistributivas. Embora para as pesquisas que relacionam desigualdade e pobreza o estudo dos ricos seja quase uma consequência lógica, o fato é que conhecemos pouco sobre essa população, como incorporá-la em políticas redistributivas ou mesmo em que medida esse grupo pode ser envolvido neste tipo de medida.

O estudo dos ricos não é importante apenas em sua dimensão econômica, mas também política. Ações redistributivas consistem em medidas que transferem recursos dos estratos mais ricos da população para os mais pobres, o que, evidentemente, resulta em conflitos de interesses. O estudo dos ricos, portanto, não é importante apenas porque eles possuem, proporcionalmente, um grande volume de riqueza. Os ricos também detêm poder. No Brasil, assim como em outros países do mundo, riqueza e poder político estão associados. Ocorrem sobreposições entre as elites econômicas, políticas e sociais, de tal forma que a desigualdade de renda pode ser tratada como indicador de outros tipos de desigualdade. Por um lado, as ocupações que recebem os maiores rendimentos são também aquelas que se encontram em posições privilegiadas para influir no processo legislativo e judiciário, na administração da máquina pública, na contratação de grandes volumes de mão-de-obra ou mesmo na formação da opinião pública. Por outro lado, a maioria dos indivíduos que ocupam postos nas elites políticas pertence, também, às elites econômicas.

A combinação dos poderes político e econômico faz com que os ricos sejam um dos grupos da sociedade com maior capacidade de influ-

enciar os rumos do desenvolvimento nacional. É desnecessário dizer o quanto importante é estudar um grupo tão influente. A análise das características e determinantes da riqueza ajuda a compreender quem controla a sociedade brasileira e em que medida seus interesses vão de encontro às necessidades da massa da população.

2. Alguns desafios metodológicos

Existem várias decisões de caráter metodológico que precisam ser tomadas para o estudo dos ricos. Aqui são discutidas duas delas, escolhidas em função do impacto que têm causado nos estudos brasileiros e da forma como podem afetar estudos futuros. A primeira diz respeito às fontes de dados utilizadas nos estudos existentes e a segunda aos critérios usados para definir ricos por meio de linhas de riqueza.

Esses dois assuntos seguramente não esgotam os desafios metodológicos que a pesquisa dos ricos enfrenta. Porém, o estudo dos ricos se beneficia dos muitos desenvolvimentos ocorridos nas últimas décadas no campo dos estudos sobre pobreza. Como é possível tecer analogias em ambos os campos, as técnicas destinadas à identificação e análise da população pobre podem ser adaptadas às pesquisas sobre ricos. Essa estratégia é particularmente apropriada para aqueles estudos em que os ricos são abordados com o objetivo de se compreender mais sobre as desigualdades existentes na população.

2.1 Obtenção de dados

Um grande desafio para o estudo dos ricos no Brasil – como em outras partes – refere-se à obtenção de dados sobre essa população. Por um lado, há pouca informação sobre eles nos levantamentos de dados conduzidos regularmente. Por outro, parte das informações disponíveis na forma de registros tributários é fortemente protegida por restrições de confidencialidade, as quais não são observadas com o mesmo rigor em muitos outros tipos de registros administrativos. O tamanho reduzido da população rica faz com que ela não seja adequadamente amostrada e entrevistada em boa parte das pesquisas domiciliares brasileiras.

Tampouco seria de se esperar que esses levantamentos contivessem um questionário fortemente orientado a questões relevantes quando se estuda os ricos. Tudo isto, aliado à ausência de uma tradição de pesquisa sobre o tema no Brasil e no mundo, faz com que o estudo dos ricos se depare com muitos obstáculos que já foram superados, por exemplo, no campo dos estudos sobre a pobreza.

As Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) são a fonte de dados mais utilizada para estudos sobre desigualdade de renda no Brasil. Há um amplo consenso sobre a qualidade dos questionários, do processo de entrevista – que é feito por equipes permanentes – e dos procedimentos de crítica de consistência. Além disso, as PNADs cobrem uma extensa gama de características socioeconômicas da população, quase sempre permitem a formação de séries de tempo nos anos de uma mesma década e, freqüentemente, têm as informações de seu questionário básico complementadas por questionários suplementares.

As características das PNADs tornam-nas uma fonte óbvia de dados para o estudo dos ricos. FERREIRA (2001), MEDEIROS (2004e) e ALVES (2003), por exemplo, são estudos baseados nas PNADs. No caso de Ferreira isso era absolutamente necessário, pois apenas as PNADs possuem informações sistemáticas sobre mobilidade social intergeracional com a cobertura de população buscada pelo estudo. O grande problema enfrentado em FERREIRA é que a desagregação por categorias ocupacionais, requerida pela metodologia utilizada, leva a inferências realizadas a partir de um número relativamente pequeno de observações. Apesar de ALVES não realizar qualquer tipo de desagregação dos ricos, o fato de o estudo se limitar ao estado da Bahia também leva a uma quantidade reduzida de observações a serem analisadas.

Tentando enfrentar esse problema, há estudos que lançam mão de uma característica do desenho amostral das PNADs para realizar a concatenação de levantamentos de anos próximos e metodologias de coleta idênticas, a fim de aumentar o número de observações disponíveis (MEDEIROS, 2004b, 2004c). Este paliativo, porém, não é suficiente para assegurar a representação dos “muito ricos” na amostra, além de depender de certos pressupostos passíveis de contestação.

Com um número de observações radicalmente maior, os questionários da amostra dos Censos Demográficos são uma segunda fonte de dados

para o estudo dos ricos. Além disso, a amostra dos censos permite uma desagregação espacial muito mais fina que os demais levantamentos brasileiros. Isso fez com que os estudos organizados por CAMPOS et. al. (2004), que visavam, dentre outras coisas, o mapeamento da população rica segundo municípios, fossem baseados na amostra do Censo Demográfico de 2000. Embora a desagregação dos dados levasse a números limitados de registros nos municípios de população reduzida, é indiscutível que, nas amostras dos censos, o problema não tem a mesma magnitude do que ocorre nas PNADs. Além disso, os estudos apresentados em CAMPOS et. al. concluem que na amostra dos censos são incluídas pessoas mais ricas que as entrevistadas pelas PNADs.

Uma desvantagem dos dados levantados amostralmente nos censos diz respeito às questões usadas para determinar os rendimentos individuais e, conseqüentemente, domiciliares. Devido, principalmente, a limitações de custo, os censos possuem uma quantidade limitada de questões, o que impossibilita o uso de técnicas destinadas a evitar omissões de rendimentos usadas, por exemplo, nas PNADs. A tendência, com isso, é que exista nas declarações dos entrevistados alguma omissão de certos tipos de rendimentos, como os provenientes de juros, fundos de investimentos etc. Em que medida o maior tamanho da amostra dos censos é preferível ao melhor questionário das PNADs, porém, é uma questão que ainda aguarda um tratamento adequado.

Um questionário bastante abrangente é o da Pesquisa de Padrões de Vida (PPV). Este questionário trata, simultaneamente, de inúmeros temas que, em outras pesquisas, são ignorados ou abordados de forma isolada. Além disso, a PPV pode ser compatibilizada com diversas Life Standards Measurement Surveys (LSMS), o que possibilita certas comparações internacionais. A grande desvantagem da PPV, porém, é o tamanho reduzido de sua amostra e a cobertura limitada às regiões Nordeste e Sudeste. Entre os estudos sobre ricos no Brasil, a única utilização da PPV ocorre em MEDEIROS (2004f) e, ainda assim, restrita ao uso dos levantamentos de opiniões para avaliar os valores das linhas de riqueza e pobreza.

Extremamente importantes, mas exploradas nos estudos sobre ricos apenas por CAMPOS et. al., são as Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs), que coletam não apenas informações detalhadas sobre o consu-

mo das famílias como, também, possuem uma das metodologias mais completas para o levantamento dos rendimentos das pessoas. Acredita-se que a forma mais sofisticada de levantamento de dados das POFs assegura, por exemplo, uma menor omissão em rendas de capital, poupança etc., o que é importante para um conhecimento mais detalhado da composição da renda dos ricos. As POFs, porém, apresentam a desvantagem de usarem um tamanho reduzido de amostra (quando comparadas a outros levantamentos) e, em alguns anos, cobertura espacial limitada.

Existe ainda uma ampla gama de levantamentos cuja cobertura geográfica é de menor extensão, mas que podem trazer informações importantes para o estudo dos ricos. A tendência é de que esses levantamentos de caráter mais localizado sejam explorados à medida que os estudos avancem e que, talvez, seus resultados sejam utilizados como parâmetro para alguns procedimentos metodológicos usados em estudos sobre desigualdade. Até o momento, porém, não há notícias de seu uso para o estudo dos ricos.

Indiscutivelmente importante para o estudo dos ricos seria o uso de informações do fisco. Dados tributários talvez sejam a única fonte de informações atualmente existente sobre os rendimentos e fluxos bancários da população “muito rica” e sobre a riqueza que não é contabilizada como apropriação direta das famílias (riqueza das pessoas jurídicas), mas que indiretamente pertence a elas. Além disso, as informações prestadas ao fisco também permitem a realização de estimativas de estoques de riqueza, o que não costuma ser possível em pesquisas amostrais¹.

**Tabela 1 – Distribuição dos declarantes e seu patrimônio,
segundo classes de renda mensal – 1998**

Renda mensal Classe	Declarantes		Patrimônio	
	Quantidade	%	Milhões (R\$)	%
Até R\$ 1.000	4.773.341	43,2%	224.104	23%
De R\$ 1.000 até R\$ 1.500	2.651.296	24,0%	148.362	15%
De R\$ 1.500 até R\$ 2.000	1.138.021	10,3%	78.697	8%
De R\$ 2.000 até R\$ 2.500	691.497	6,3%	60.779	6%
De R\$ 2.500 até R\$ 3.000	444.627	4,0%	50.520	5%
De R\$ 3.000 até R\$ 4.000	529.908	4,8%	75.267	8%
De R\$ 4.000 até R\$ 5.000	294.564	2,7%	58.528	6%
De R\$ 5.000 até R\$ 6.000	174.597	1,6%	43.929	4%
De R\$ 6.000 até R\$ 8.000	170.489	1,5%	59.182	6%
De R\$ 8.000 até R\$ 10.000	78.517	0,7%	36.967	4%
Acima de R\$ 10.000	103.215	0,9%	149.689	15%
Total	11.050.072	100,0%	986.025	100%

Fonte: Sistema SGT da Coordenação de Estudos Tributários da Secretaria da Receita Federal
– Imposto de Renda Pessoa Física 1999.

A Tabela 1, por exemplo, foi construída a partir dos resultados de declarações de renda de pessoas físicas realizadas à Receita Federal e dá um exemplo da elevada concentração de patrimônio entre a população mais rica do país. Cerca de metade de todo o patrimônio declarado no país pertencem a um grupo cujo tamanho é de cerca de 1% da população total (162 milhões, em 1998). As informações da tabela permitem inferir que é importante, para o estudo dos ricos, avançar no uso de coleta e análise dos dados sobre a população “muito rica”. Esta, ao que tudo indica, parece ser uma população bem restrita em tamanho, mas detentora de um volume considerável de riqueza. É evidente que declarações ao fisco estão sujeitas à sonegação e à omissão; é inquestionável, porém, que o campo dos estudos dos ricos seria beneficiado pela análise dessas declarações. O acesso a esses dados, porém, é limitado ao público em geral por mecanismos de garantia de sigilo fiscal.

Comparando os resultados gerais do montante da renda agregada no Censo 2000 e fontes tributárias não discriminadas, CAMPOS et. al. (2004, p. 17) constatam que em 20 das 27 unidades da federação a soma das

rendas do Censo é maior do que a das fontes tributárias, e a partir dessa constatação concluem que é razoável usar levantamentos domiciliares para alcançar os indivíduos ricos, mas não os “muito ricos”. Todavia, nos casos de São Paulo e Rio de Janeiro, justamente as unidades onde vivem a maior parte dos ricos, a diferença é desfavorável aos Censos, o que permite dizer que ainda está em aberto a discussão sobre as vantagens de fontes tributárias sobre outros tipos de dados.

Há uma corrente de pesquisa que aborda os ricos a partir de outros tipos de informação, como registros históricos, biografias etc. Esta é uma corrente mais concentrada em análises da estrutura social e econômica de diferentes épocas e locais e, de certo modo, se associa ao mais bem consolidado conjunto de estudos sobre elites no Brasil. Um exemplo recente é dado por VARELLA (2003), que analisa o enriquecimento de imigrantes que chegaram ao Brasil entre 1890 e 1913 e, posteriormente, constituíram parte da elite industrial do país.

2.2 O desafio da definição

Do ponto de vista abstrato, um estudo sobre os ricos é um estudo sobre como as pessoas com determinadas características agem dentro de uma estrutura social particular, a qual determina resultados muito desiguais para estas ações. Estudos deste tipo são objeto de uma longa tradição nas ciências sociais, que remonta aos precursores da teoria política moderna. De certo modo, os estudos sobre pobreza, marginalização, exclusão ou outros conceitos semelhantes também podem ser incluídos nesta categoria e contam com uma metodologia bem estabelecida para sua realização. No entanto, pesquisas realizadas especificamente sobre os ricos são menos comuns, especialmente aquelas que utilizam informação de levantamentos de grande cobertura populacional, o que requer o desenvolvimento de alguns instrumentos para tratar do assunto.

O primeiro desafio para o estudo dos ricos é, obviamente, definir quem é rico. Quando se assume que os ricos constituem um grupo com interesses semelhantes e algum grau de similaridade em outras características, a primeira alternativa a ser explorada é buscar na extensa literatura sobre estratificação social argumentos que ajudem a montar um esquema de particionamento da sociedade. Nenhuma das teorias de

estratificação social modernas, porém, tem como objeto específico a estratificação da sociedade entre ricos e não-ricos. Na verdade, essas teorias são, em geral, muito mais ambiciosas e pretendem identificar grupos cujo comportamento permite explicar os grandes movimentos da dinâmica social.

O conjunto dos esquemas de estratificação social é amplo e variado. A maior parte desses esquemas, porém, pode ser agrupada em função do tipo de informação utilizada como critério de estratificação. Informações sobre ocupação nas atividades econômicas, posse de bens simbólicos, poder político e interesses no conflito distributivo, por exemplo, fazem parte – às vezes simultaneamente – de muitos esquemas de estratificação modernos, sejam eles neo-ricardianos (SØRENSEN, 2000, 2002), neo-marxistas (WRIGHT, 2000, 2002), neodurkheimianos (GRUSKY, 2002) ou neo-weberianos (BLAU, DUNCAN E TYREE, 2000; GOLDTHORPE E MARSHALL, 1992; GOLDTHORPE, 2000; ERIKSON E GOLDTHORPE, 2000). Na definição de um estrato rico, porém, nem todas essas informações podem ou devem ser usadas em pesquisas baseadas nos levantamentos de dados de grande cobertura de população disponíveis no Brasil.

O uso de ocupações para definir as fronteiras entre ricos e não ricos enfrenta alguns obstáculos. Para refletir a hierarquia existente entre ricos e não-ricos, um esquema de base ocupacional deve ordenar ocupações a partir de algum critério sobre o qual existam informações disponíveis. Ora, nos casos em que a informação sobre esse critério existe e pode ser usada, não faz sentido intermediar agrupamentos por meio de ocupações, pois a estratificação pode ser feita diretamente. Mesmo que ocupação seja a única informação disponível para a estratificação, a elevada desigualdade intra-ocupacional observada no Brasil compromete o uso de títulos ocupacionais para a definição de grupos homogêneos, ao menos no que diz respeito à estratificação dos ricos. A dificuldade de se acessar informações sobre bens simbólicos, estilo de vida, prestígio, reputação ou mesmo poder político de indivíduos na população como um todo também inviabiliza seu uso em pesquisas brasileiras de grande cobertura.

Não há dúvida que a situação social de uma pessoa é influenciada por uma série de fatores diferentes, muitos dos quais são difíceis de se-

rem medidos. A incorporação desses fatores, porém, pode levar não só a um aumento indesejável da complexidade dos métodos de estratificação como, também, enfrentar o problema de indisponibilidade de informações. Por exemplo, mesmo que a riqueza fosse definida estritamente em termos econômicos, isto é, pela combinação de patrimônio e rendas, surgiriam problemas para calcular a linha devido à escassez de informação sobre ativos das famílias no Brasil.

Para a realização de pesquisas sobre a situação de riqueza da população brasileira como um todo, a renda provavelmente é, apesar de suas deficiências, o melhor indicador disponível nesta fase de pouco desenvolvimento do campo de estudos. Logo, a segunda alternativa para a estratificação dos ricos seria seguir o caminho da maioria dos estudos sobre pobreza e estabelecer uma linha de riqueza baseada em rendimentos como estratégia de delimitação dos estratos.

Essa é a estratégia preferida na literatura internacional sobre o assunto. Grande parte dos estudos sobre o tema utiliza alguma forma de linha de riqueza para distinguir os ricos dos demais estratos da população. Valores absolutos elevados, definidos de forma totalmente arbitrária, foram usados por MILLER (1971), WILLIAMSON (1976), AUERBACH E SIEGEL (2000), DEUTSCHE BANK (2000) e MERRYL LYNCH (2003). Outros preferem definir a linha de riqueza a partir da posição relativa dos indivíduos na distribuição da renda, estabelecendo, de modo também arbitrário, um quantil da distribuição da renda pessoal ou domiciliar a partir do qual a população é considerada rica, como fazem LICHTER E EGGBEEN (1993), CARROLL (1998, 2000), WOLFF (2000), DYNAN, SKINNER E ZELDES (2000) e FEENBERG E POTERBA (2000). Outros estabelecem a linha de riqueza a partir de múltiplos da linha de pobreza, como fazem DANZIGER, GOTTSCHALK E SMOLENSKY (1989) e HIRSCHL, ALTABELLI E RANK (2001). Métodos ainda mais sofisticados baseiam-se em mudanças na forma da curva de distribuição pessoal da riqueza (INHABER E CARROLL, 1992). Uma discussão mais detalhada destes métodos pode ser encontrada em MEDEIROS (2004f).

Embora os fundamentos dos métodos citados sejam divergentes, sua aplicação aos dados brasileiros, curiosamente, gera linhas cujos valores são semelhantes. Ainda assim, é muito difícil definir uma linha de riqueza de um modo afastado de controvérsias, o que se nota facilmente na

diversidade de métodos usados no Brasil. FERREIRA (2001) adota a estratégia do valor absoluto arbitrário e o combina a categorias ocupacionais; SADECK FILHO (2001) usa apenas um valor arbitrário; em CAMPOS et. al. (2004), opta-se pela definição a partir de um quantil da distribuição da renda domiciliar *per capita*, e em MEDEIROS (2001) é desenvolvido um método que relaciona informações sobre o hiato de pobreza e a forma da distribuição dos rendimentos para definir a linha de riqueza, o qual também é aplicado por ALVES (2003).

Seja qual for o método usado, por trás de uma linha de riqueza estão julgamentos de valor acerca dos quais há sempre divergências. Não é exagero dizer que o maior problema na construção de uma linha de riqueza é a fundamentação dos juízos de valor que orientam as escolhas metodológicas envolvidas nesta construção. Essa fundamentação pertence ao campo da filosofia da justiça mas, embora a discussão sobre justiça distributiva tenha se desenvolvido muito nas últimas três décadas, sua aplicação em definições operacionais de riqueza ainda é incipiente (digase de passagem, o mesmo ocorre com a determinação de linhas de pobreza).

3. Alguns resultados para o Brasil

Os resultados de boa parte dos estudos sobre ricos no Brasil ainda têm caráter muito exploratório. Os problemas relacionados à definição do objeto e à obtenção de dados talvez constituam o principal obstáculo para o progresso do campo. Parte dos resultados de pesquisa é de caráter nitidamente descritivo e, na maioria dos estudos que vai além das descrições, as conclusões consistem predominantemente em rejeições de hipóteses clássicas para explicar a existência de ricos. As respostas para a pergunta “por que as pessoas são ricas?” ainda têm um caráter um tanto especulativo. É inegável, porém, que um razoável progresso tem sido observado a partir do final da década de 1990.

Analisando o consumo das famílias ricas², CAMPOS et. al. (2004, p. 187) constataram que os ricos têm uma pauta de consumo centrada em educação, recreação e cultura, impostos, aumentos de seus ativos e seguros-saúde, a qual não oscila muito entre 1987 e 1996, enquanto os pobres empe-

nham a maior parte do orçamento familiar em alimentos básicos, medicamentos, aluguéis e transporte urbano. De especial interesse é a rubrica aumento de ativos, cuja tendência foi de crescimento no período analisado. As famílias ricas destinaram, em 1996, cerca de 23% de seu orçamento para esse aumento, uma proporção 500% maior que os 4,5% observados entre as famílias pobres. Essas diferenças nos padrões de consumo são uma decorrência óbvia da diferenciação dos níveis de renda entre os dois grupos, cuja análise recebeu a atenção da maior parte dos estudos brasileiros.

A renda das famílias ricas é resultado da composição de rendimentos de diversas fontes. Existe uma certa expectativa de que os ricos sejam predominantemente rentistas e que, para eles, as remunerações de aplicações financeiras respondam por uma parte significativa dos rendimentos de suas famílias. De certo modo, os estudos organizados por CAMPOS et. al. (2004) reforçam essa idéia. Já se sabe, porém, que essa expectativa pode estar correta no que diz respeito à composição da renda dos muito ricos, mas no caso de definições mais abrangentes de riqueza (isto é, englobando pessoas “não muito ricas”), isto não se concretiza, conforme discuto em MEDEIROS (2004b) usando medidas de riqueza de estrutura semelhante à da conhecida família P α de FOSTER, GREER E THORBECKE (1984).

A composição da renda agregada das famílias não-ricas assemelha-se à das famílias ricas. Nos dois grupos, as fontes de rendimento mais importantes são as remunerações do trabalho e as aposentadorias e pensões, correspondendo às demais fontes (aluguéis, doações e juros, dividendos e outros) uma proporção pequena do total. No entanto, existem algumas diferenças na composição das rendas dos dois estratos, especialmente nestas fontes de menor importância no total. As famílias ricas não só recebem, proporcionalmente, mais rendas de aluguéis e juros, como a maior parte destas rendas está concentrada nelas, uma indicação de que a maior capacidade de acumular patrimônio e capital torna as famílias ricas menos dependentes do trabalho. Os aluguéis, juros, dividendos e outros atuam diferenciando as famílias dentro do estrato rico, mas têm papel reduzido na diferenciação entre estratos. A influência das doações sobre as medidas de riqueza não tem qualquer relevância.

Embora constituam menos de um 1% da população, os ricos definidos por MEDEIROS (2001) detêm 15% de toda a renda pessoal brasileira. Os ricos definidos por CAMPOS et. al. são 2,4% das famílias e detêm 33% do rendimento total. De acordo com MEDEIROS (2004b) este nível de concentração se mantém aproximadamente o mesmo quando se observam as distribuições dos rendimentos do trabalho e das aposentadorias e pensões. Quando se trata das distribuições dos aluguéis, juros, dividendos e outros, a concentração é ainda pior. Um terço de toda a renda de aluguéis, por exemplo, é recebido por ricos. É evidente que a existência dos ricos é uma manifestação das profundas desigualdades sociais do país. De fato, quando se simula o desaparecimento da desigualdade na distribuição das diferentes fontes de rendimentos, as alterações nas medidas de riqueza são expressivas e apresentam as mesmas tendências observadas sob a hipótese de supressão completa das diversas fontes de renda.

Os aluguéis, juros, dividendos e outros rendimentos têm algum efeito nas desigualdades intragrupo, mas raramente são suficientes para tornar uma família rica (usando as linhas de Medeiros). Este é um sinal de que a remuneração de aplicações financeiras deve ser importante para explicar a composição da renda das famílias muito ricas, corroborando as idéias presentes em CAMPOS et. al. (2004). Ainda que existam vários obstáculos para se obter informação que permita tratar este assunto de modo adequado, o tema merece ser objeto de estudos futuros, pois está relacionado aos campos pouco explorados da concentração do capital e dos resultados das políticas macroeconômicas sobre as desigualdades sociais no Brasil.

De especial interesse em um estudo sobre os ricos são as rendas provenientes de aposentadorias e pensões e as remunerações do trabalho. As desigualdades na distribuição de aposentadorias e pensões ajudam a explicar porque algumas famílias são ricas e outras não, mas contribuem pouco para a diferenciação das famílias dentro do grupo dos ricos, ou seja, para tornar algumas famílias muito ricas. A maior parte da estratificação da sociedade brasileira entre ricos e não-ricos e das diferenças dentro do grupo dos ricos deve-se a desigualdades na distribuição dos rendimentos do trabalho.

Uma grande parte das aposentadorias e pensões no Brasil tem origem no sistema previdenciário público. Analisar em que medida elas

beneficiam as famílias ricas é uma forma de se entender como o Estado se relaciona com os diferentes grupos da sociedade por duas razões: primeiro, porque a previdência responde pela maior parte dos gastos sociais brasileiros; segundo, porque as políticas sociais são regidas por legislação explicitamente igualitarista. O estudo do perfil distributivo destas políticas é uma forma de se entender como o Estado se relaciona com as desigualdades no país.

No período entre 1997 e 1999, cerca de um quarto da população rica era de beneficiários de aposentadorias e pensões, mais do que o dobro da proporção de beneficiários observada entre os não-ricos (MEDEIROS, 2004f). Em parte, isto pode ser explicado porque a população rica apresenta uma estrutura etária de idade mais avançada que a massa da população. No entanto, não há justificativa para que a incidência de beneficiários entre os ricos seja tão alta, pois os princípios constitucionais e a legislação complementar que regulam a previdência no Brasil têm caráter igualitarista. O direcionamento de benefícios aos ricos é uma indicação de um perfil distributivo regressivo do sistema previdenciário.

No final da década de 1990, a distribuição dos rendimentos de aposentadorias era tão concentrada nos estratos superiores que os 2% mais ricos entre os beneficiários apropriavam-se de uma fração do total de aposentadorias e pensões equivalente à recebida pelos 60% mais pobres. A relação observada entre o valor dos benefícios concedidos e a renda dos beneficiários é o oposto do que se poderia esperar de um sistema que tivesse como objetivo a redução das desigualdades sociais. Seria importante analisar como se encontra essa distribuição depois das reformas previdenciárias ocorridas mais recentemente.

Se a principal rubrica dos gastos sociais tem caráter regressivo, é muito provável que outras despesas, que sequer são reguladas por uma legislação de caráter igualitarista, sejam ainda mais regressivas. Levando-se em consideração que, atualmente, a maior parte dos gastos federais é realizada no mercado financeiro e que a apropriação de juros e dividendos é feita por uma fração muito reduzida da população, é razoável concluir que o Estado brasileiro atua agravando desigualdades e favorecendo os ricos.

Assim como no perfil da distribuição de renda das famílias brasileiras, no final da década de 1990 a desigualdade na distribuição das aposen-

tadorias e pensões entre os beneficiários estava fortemente concentrada em uma pequena minoria de rendimentos mais elevados. As aposentadorias e pensões, porém, apesar de favorecerem os estratos de renda mais altos, explicavam pouco de sua renda total (MEDEIROS, 2004f). Os gastos brasileiros com aposentadorias e pensões agravaram desigualdades, mas não se mostraram o único fator – nem o principal – responsável por elas. Para mais da metade das famílias ricas beneficiárias, as aposentadorias e pensões sequer representam a principal fonte de rendimentos nesse período. O estabelecimento de limites (“tetos”) para esses benefícios ou mesmo sua completa supressão não teria impactos substantivos para a maioria da população rica, porque as remunerações do trabalho mostraram ser sua principal fonte de rendimentos. Logo, uma conclusão que já era razoavelmente conhecida no período pré-reformas previdenciárias é de que a inversão do perfil distributivo do sistema de previdência social permitiria beneficiar grandes volumes de população sem, no entanto, afetar gravemente a maioria dos ricos.

Como as remunerações do trabalho são a principal fonte de rendimentos das famílias ricas, os determinantes da renda *per capita* do trabalho podem, por extensão, ser tratados como os fatores que mais influenciam a situação de riqueza das pessoas. Uma vez que o total da renda do trabalho disponível para distribuição intrafamiliar é resultado da divisão da renda acumulada pelos trabalhadores da família pelo número total de membros da família, grande parte do nível de renda familiar é resultado da quantidade de mão-de-obra disponível nas famílias, do uso dessa mão-de-obra e da quantidade das pessoas que se beneficiam da renda familiar.

No Brasil, o papel da composição familiar e da organização da família para o trabalho na diferenciação entre ricos e não-ricos é muito limitado. Há pouca relação entre o perfil demográfico da população, as taxas de atividade ou ocupação dos trabalhadores e a existência de uma elite rica (MEDEIROS, 2004e). A distinção entre os estratos não pode ser atribuída, por exemplo, a uma maior disponibilidade de mão-de-obra ou ao seu uso mais intenso nas famílias. Embora o tamanho das famílias ricas seja menor, as diferenças nas proporções médias de pessoas em idade ativa ou de ocupados não são suficientes para justificar as grandes desi-

gualdades existentes entre os dois estratos. A operosidade dos trabalhadores também tem pouca relevância nesta diferenciação, pois, nos dois estratos, a maior parte das famílias emprega à plena capacidade os trabalhadores de que dispõe.

É a diferença nos níveis de remuneração dos trabalhadores o que melhor explica as desigualdades entre ricos e não-ricos. Seu efeito isolado sobre o nível de renda das famílias é maior que a combinação de todos os outros componentes da renda *per capita* do trabalho juntos. Se, hipoteticamente, os trabalhadores não-ricos fossem remunerados da mesma forma que os trabalhadores ricos, a incidência da riqueza se elevaria de tal forma que mais de 41% da população se tornaria rica. Por outro lado, se ocorresse o oposto, isto é, se os trabalhadores das famílias ricas passassem a receber a remuneração média da massa da população, 91% da população rica se moveria para o estrato dos não-ricos.

De acordo com CAMPOS et. al. (2004, p. 72), no ano de 2001,

[...] cerca de 40% dos trabalhadores de famílias ricas no Brasil eram altos dirigentes do setor privado, 28,5% empregadores, 18% trabalhadores por conta-própria (consultores e profissionais liberais) e 12,8% altos dirigentes do setor público.

Segundo o mesmo autor, a grande maioria desses trabalhadores estaria inserida no setor serviços. Cabe perguntar quais são as características que permitem que algumas pessoas ocupem esses postos privilegiados da estrutura ocupacional.

Diversos atributos pessoais produtivos e não produtivos ou mesmo características do mercado e dos postos de trabalho influenciam os níveis de remuneração dos trabalhadores. Vários estudos já argumentaram, por exemplo, que a escolaridade dos trabalhadores adultos brasileiros possui uma forte correlação com seus rendimentos médios. O retorno, a cada ano adicional de educação, é crescente, o que faz com que as remunerações dos trabalhadores educados sejam expressivamente maiores que as dos demais. Outros fatores como a experiência de trabalho, a discriminação de raça e gênero e a segmentação do mercado também afetam as remunerações. Na média, os maiores rendimentos do trabalho são pagos a homens brancos bem educados residindo no Sudeste

e os menores a mulheres negras nordestinas com pouca ou nenhuma educação.

Pelas características dos trabalhadores de famílias ricas, é de se esperar que seus rendimentos sejam mais elevados. CAMPOS et. al. (2004) e MEDEIROS (2004f) mostram que os trabalhadores ricos são predominantemente brancos, de elevada escolaridade e vivendo no Sudeste. Todavia, apesar de explicar razoavelmente uma certa diferença nas remunerações, essas características dos trabalhadores não parecem ser suficientes para explicar porque algumas famílias são ricas e outras não. Entre os trabalhadores que pertencem a famílias não-ricas, há uma grande quantidade de pessoas com atributos semelhantes aos dos trabalhadores de famílias ricas, o que permite concluir a parte dos rendimentos que deve ser explicada por outras características é muito importante para distinguir quem pertence a cada estrato. As evidências mostram que escolaridade, experiência, sexo, raça e região de residência prevêm de forma adequada as diferenças gerais entre os trabalhadores adultos, mas não são capazes de explicar porque alguns trabalhadores recebem rendimentos que chegam a ser mais de sete vezes maiores que os previstos (SADECK FILHO, 2001; MEDEIROS, 2004f).

Tudo indica que possuir uma escolaridade alta é uma condição necessária para que os trabalhadores tenham rendimentos elevados, mas não é uma condição suficiente para que eles pertençam a uma família rica. Simulações indicam que, na hipótese de uma elevação expressiva do nível educacional de todos os trabalhadores brasileiros, não é de se esperar uma grande mobilidade ascendente das famílias não-ricas para o estrato rico. Mesmo que se elevasse não apenas o nível educacional, mas, também, que todos os trabalhadores recebessem a remuneração média de homens brancos adultos com nível superior completo e residindo no Sudeste, não ocorreriam mudanças tão radicais nas proporções de ricos, o que evidencia que não são somente essas características dos trabalhadores, mas outros fatores, que fazem com que alguns trabalhadores recebam remunerações muito mais elevadas que os demais e sejam ricos.

Este resultado é importante porque indica que, no Brasil, políticas convencionais de redução das desigualdades, como as de combate à discriminação e, especialmente, as políticas de massificação do ensino superior,

difícilmente seriam suficientes para aumentar a incidência de pessoas acima das linhas de riqueza utilizada nos estudos conhecidos. Dificilmente as políticas de expansão das oportunidades educacionais seriam capazes de tornar acessível a todos a educação superior de alta qualidade que pode estar por trás de parte das remunerações mais altas dos trabalhadores ricos, o que significa que é pouco provável que as oportunidades de ascensão ao estrato dos ricos estejam abertas a todos, mesmo que seja feito um grande esforço das instituições coletivas da sociedade brasileira.

Em boa medida, o que explica porque certas famílias são ou não ricas é a combinação de características observadas e características não observadas de seus trabalhadores que são favorecidas pelo mercado de trabalho. Quando se simula que todos os trabalhadores brasileiros possuem tanto os atributos mais bem remunerados pelo mercado de trabalho quanto as características médias dos ricos que não foram observadas, ocorrem modificações expressivas na incidência da riqueza no país. O aumento que a simulação provoca na renda das pessoas é tão grande que a mobilidade das famílias não-ricas para o estrato dos ricos é cerca de quarenta vezes maior do que a mobilidade decorrente da simulação de que todos os trabalhadores têm nível superior completo (MEDEIROS, 2004f).

Esses resultados permitem especular – mas não mais do que isso – sobre quais os determinantes não observados da remuneração dos trabalhadores ricos. Uma educação de maior qualidade, por exemplo, pode ser um dos fatores que conferem maior produtividade aos trabalhadores, porém é pouco provável que esse aumento de produtividade seja tão expressivo a ponto de que seus rendimentos sejam até sete vezes maiores que os rendimentos de outros trabalhadores com características muito semelhantes. É provável que alguns atributos produtivos dos trabalhadores de famílias ricas, como suas redes de relacionamento pessoal, capital cultural, propriedade da empresa, etc. estejam relacionados aos maiores rendimentos, já que há evidências de que é bastante elevado o efeito, sobre esses rendimentos, de características dos trabalhadores que não têm qualquer relação com sua produtividade, como sexo e cor. No entanto, é recomendável que os estudos futuros que pretendam abordar este assunto utilizem dados que não estão disponíveis nos levantamentos de grande cobertura populacional atualmente existentes, a fim de superar suas limitações.

A distribuição espacial dos ricos no Brasil é bastante desigual. Os estados mais desenvolvidos do país apresentam maiores níveis de riqueza, seja qual for a forma de medi-la. Este fato é descrito em detalhes por CAMPOS et al. (2004), que utilizam ferramentas de georreferenciamento para mapear, município a município, as famílias ricas. Segundo o estudo, metade das famílias ricas do Brasil vive em quatro cidades, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte. O estudo também identifica, entre 1980 e 2000, uma tendência de concentração espacial das famílias ricas na região Sudeste, especialmente no estado de São Paulo.

Como os estados mais ricos são também os que apresentam menor desigualdade, seria possível que a distribuição espacial da riqueza estivesse relacionada muito mais às diferenças dentro dos estados do que a diferenças entre eles. Não há, no entanto, nenhuma evidência que corrobore esta idéia. A correlação entre o nível de desigualdade interna na distribuição da renda e o nível de riqueza de cada estado é muito reduzida, indicador de que as diferenças na distribuição espacial da riqueza não podem ser atribuídas apenas aos conflitos distributivos locais. As diferenças na distribuição espacial da riqueza são mais bem explicadas pelas desigualdades entre estados do que pelas desigualdades dentro dos estados. Existe, por exemplo, uma nítida tendência de que os indicadores de riqueza aumentem de acordo com a renda *per capita* de cada estado.

Se as desigualdades regionais nos níveis de renda *per capita* deixassem de existir, o perfil geográfico da distribuição da riqueza no Brasil sofreria grandes alterações. Devido à maior concentração da renda dentro das regiões mais pobres, a distribuição espacial dos indicadores de riqueza seria praticamente invertida e os estados das regiões Sul e Sudeste apresentariam as menores proporções de ricos. Esta alteração na geografia da riqueza é um indício forte de que as diferenças na distribuição espacial da riqueza são resultado de uma questão distributiva de larga escala, influenciada por um modelo de desenvolvimento nacional que, até o momento, não foi capaz de reduzir expressivamente as desigualdades regionais (MEDEIROS, 2004a).

4. Conclusões

Do ponto de vista da promoção da igualdade na sociedade brasileira, estudar os ricos é uma tarefa importante. Uma marca do Brasil é possuir uma sociedade fortemente segmentada em uma grande massa de população de baixa renda e uma elite pequena, porém relativamente rica. Modificar esse perfil é importante não só porque viver em uma sociedade mais igualitária é um fim, mas também porque menos desigualdade é um meio para se ter menos pobreza no país.

O uso de mecanismos de redistribuição direta da renda é necessário para promover essas reduções na desigualdade em um horizonte temporal razoável, uma vez que alternativas como a educação massiva da população têm efeitos apenas em prazos longos. Redistribuição implica, obviamente, transferir de um grupo para outro. Por questão de justiça, espera-se que essa redistribuição ocorra dos mais ricos para os mais pobres. A implementação de políticas que realizem essa redistribuição depende de um bom conhecimento dos dois grupos. Temos um bom conhecimento sobre os pobres, mas ainda falta saber muito sobre os ricos e qual pode ser o papel deles e de sua riqueza em um processo redistributivo.

Embora o Brasil conte com uma longa tradição de pesquisa sobre elites políticas e uma razoável produção em história sobre o surgimento de elites econômicas, estudos específicos e que tenham cobertura nacional sobre características das famílias e indivíduos ricos são mais escassos e recentes. Em parte, isso pode ser atribuído à dificuldade de se obter dados sobre ricos. Os levantamentos domiciliares de ampla cobertura geográfica não são desenhados com esse propósito e outras fontes de dados são de acesso a um público restrito ou possuem informação reduzida ou de qualidade questionável. Embora a escassez de dados ainda seja um desafio a ser enfrentado pelas pesquisas sobre ricos, a quantidade e qualidade de estudos têm aumentado com o tempo.

Divergências sobre quem constitui o grupo dos ricos são uma característica do campo. Mesmo as definições baseadas em linhas de riqueza apresentam discrepâncias entre si. Todavia, mais do que reflexo de uma pouca maturidade do debate, isso deve ser entendido como resultado de

o conceito de indivíduo “rico” ser fortemente dependente de juízos de valor e, portanto, sujeito a controvérsia. Tal como ocorre no muito mais bem estabelecido campo dos estudos sobre pobreza, ainda parece distante o momento em que um consenso amplo sobre definições se estabelecerá. Se uma recomendação inicial para o debate sobre a definição de “ricos” pode ser feita, está é de que esse debate deve-se empenhar em estabelecer os fundamentos filosóficos que justifiquem, por exemplo, a determinação de linhas de riqueza.

Os estudos já realizados até o momento permitem algumas inferências acerca da origem da desigualdade entre ricos e não-ricos e abrem caminho para outros estudos sobre o tema. É possível rejeitar a hipótese de que características demográficas das duas populações tenham qualquer efeito relevante na estratificação das famílias. Hoje, nenhuma teoria de base malthusiana constitui uma explicação plausível para as desigualdades brasileiras. Uma estrutura etária específica ou uma composição determinada não são suficientes para segregar as famílias brasileiras em dois grupos muito distintos.

Tampouco é possível tratar essa segmentação como resultado de diferenças de esforço individual ou escolhas pessoais. Nenhuma evidência corrobora a idéia de que pessoas são ricas em função de sua maior operosidade ou porque suas famílias se empenham mais no trabalho. Qualquer argumento de caráter culturalista, seja ele baseado em uma ética do trabalho ou em comportamentos ascéticos, é muito mais uma justificação retórica do *status quo* dos ricos do que uma explicação plausível para as diferenças entre os estratos.

As explicações mais comuns para as desigualdades sociais, como as baseadas em diferenças educacionais e discriminação, não bastam para explicar as origens da riqueza. Os resultados obtidos a partir dos métodos clássicos de análise destes temas mostram-se eficientes para determinar a origem de desigualdades na massa de população, mas não sua distinção em relação a uma elite rica. O grupo dos ricos está limitado a pessoas com certas características educacionais e raciais, mas nada permite supor que a posse dessas características seja suficiente para explicar a riqueza.

Há indicações de que a riqueza no Brasil se origina ou, ao menos, é perpetuada por relações com o Estado. A fusão de elites econômicas e

políticas cria as condições para que a máquina estatal oriente suas ações para o benefício dos ricos, não só por meio das políticas macroeconômicas ou de infra-estrutura e investimento, mas, também, pelo uso de políticas sociais que não possuem caráter distributivo. Isto se evidencia não só nas desigualdades resultantes de um modelo de desenvolvimento regionalmente segmentado, como também no perfil concentrador da maior parte dos gastos sociais.

É evidente que algumas pessoas são ricas e outras não devido à combinação de uma série de fatores cuja relevância não deve ser desprezada, mas que não se relacionam diretamente com a forma como a sociedade se organiza e com as desigualdades decorrentes desta organização. Há os que dizem respeito à organização e às desigualdades sociais, como, por exemplo, aspectos de mobilidade intergeracional, estrutura ocupacional ou dinâmica regional do desenvolvimento, e que, muito provavelmente, contribuirão para se saber mais sobre as origens da desigualdade entre ricos e não-ricos.

O uso de outras fontes de informação também parece ser importante para preencher uma série de lacunas das pesquisas realizadas até o momento. O estudo de trajetórias de vida e biografias dos ricos, por exemplo, permite compreender a dinâmica das desigualdades no tempo. Outras fontes também são importantes para se levantar informação de melhor qualidade sobre certas características das pessoas, tais como as que dizem respeito aos rendimentos de aplicações financeiras e à qualidade da educação dos trabalhadores.

The Study of Affluence in Brazil

Abstract – I present a few characteristics of the current studies about the rich (affluent) in Brazil. More specifically, I discuss reasons to conduct such studies, methodological challenges related to the availability of data and identification of the rich in the population, and some of the results of recent Brazilian studies. In addition, I make a few suggestions for future studies.

Key words – Rich. Affluent. Wealth. Affluence line. Income inequality. Poverty.

Um dos riscos que um autor corre ao revisar estudos em um campo não muito explorado é a quase arrogante citação de sua própria produ-

ção. Este é o caso deste artigo e nada me resta senão solicitar a compreensão do leitor. Quero expressar minha gratidão pela revisão crítica de uma primeira versão deste texto feita por André Campos, também freqüentemente citado no artigo.

Notas

¹ CAMPOS et. al. (2004, p. 20, nota 17) tentaram obter uma estimativa de patrimônio da população mais rica do Brasil, usando pesquisas amostrais. A metodologia usada, entretanto, foi muito pouco robusta, e é rejeitada pelas evidências brasileiras sobre composição dos rendimentos dos ricos.

² Sendo “famílias ricas” definidas como os 2,4% do extremo superior da distribuição das famílias – e não dos indivíduos – segundo sua renda *per capita*.

Referências bibliográficas

ALVES, L.A.A. Definindo os ricos a partir dos pobres: um breve estudo da desigualdade e pobreza na Bahia. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, SEI, n.113, p.27-30, out. 2003.

AUERBACH, A.J.; SIEGEL, J.M. Capital-gains realization of the rich and sophisticated. *The American Economic Review*, v. 90, n. 2, p.276-282, May 2000. Papers and Proceedings of the 112th Annual Meeting of the American Economic Association. Boston. January 7-9, 2000.

BARROS, R.P.; MENDONÇA, R. *Impacto do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza*. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para Discussão, n. 528).

BARROS, R.P; CAMARGO, J.M. As causas da pobreza no Brasil. In: VELLOSO, J.P.R.; ALBUQUERQUE, R.C. (Orgs.) *Modernidade e pobreza – Fórum Nacional A Construção da Modernidade Econômico-social*. São Paulo: Nobel, 1994.

BLAU, P.M.; DUNCAN, O.D.; TYREE, A. Measuring the Status of Occupations. In GRUSKY, D.B. (Ed.) *Social Stratification: Class, Race, and Gender in Sociological Perspective*. Boulder: Westview Press, 2000.

CAMPOS, A.; BARBOSA, A.; POCHMANN, M.; AMORIN, R.; SILVA, R. (Orgs.) *Atlas da exclusão social*. Volume 3: Os ricos no Brasil. Cortez: São Paulo, 2004.

CARROLL, C.D. *Portfolios of the rich*. Cambridge (MA): National Bureau of Economic Research, Aug. 2000. (NBER Working Paper Series, n. 7826).

_____. *Why Do the Rich Save So Much?* The John Hopkins University, Washington: Apr. 1998. Working Paper.

DANZIGER, S.; GOTTSCHALK, P.; SMOLENSKY, E. *How the Rich Have Fared, 1973-87*. *The American Economic Review*, v.79, n.2, p. 310-314, May 1989. Papers and Proceedings of the 101st Annual Meeting of the American Economic Association, New York, Dec. 28-30, 1988.

DEUTSCHE BANK. *Wealth with Responsibility Study 2000*. Boston: Boston College Social Welfare Research Institute, University of Massachusetts Boston Center for Survey Research and Deutsche Bank, 2000.

DYNAN, K.E.; SKINNER, J.; ZELDES, S.P. *Do the rich save more?* Cambridge (MA): National Bureau of Economic Research, Sep. 2000. (NBER Working Paper Series, n. 7906).

ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J.H. Trends in Class Mobility: The Post-War European Experience. In: GRUSKY, D.B. (Ed.) *Social Stratification: Class, Race, and Gender in Sociological Perspective*. Boulder: Westview Press, 2000. Baseado no capítulo 3 de ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J. H. *The Constant Flux: a study of Class Mobility in Industrial Societies*. Oxford: Clarendon Press, 1992.

FEENBERG, D.R.; POTERBA, J.M. The income and tax share of very high-income households, 1960-1995. *The American Economic Review*, v. 90, n. 2, p. 264-270, May 2000. Papers and Proceedings of the 112th Annual Meeting of the American Economic Association. Boston. January 7-9, 2000.

FERREIRA, M.C. Permeável, ma non troppo? A mobilidade social em setores de elite, Brasil – 1996. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*: revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, São Paulo, v.16, n.47, p.141-160, out. 2001.

FOSTER, J.; GREER, J.; THORBECKE, E. A Class of Decomposable Poverty Measures. *Econometrica*, London, v. 52, n. 3, p.761-766, May 1984.

Furtado, C. *O Brasil Pós-“Milagre”*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GOLDTHORPE, J.H. *On Sociology: Numbers, Narratives, and the Integration of Research and Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

GOLDTHORPE, J.H.; MARSHALL, G. The Promising Future of Class Analysis: a response to recent critiques. *Sociology: Journal of the British Sociological Association*, v. 26, n. 3, p. 381-400, Aug. 1992.

GRUSKY, D. Foundations of Durkheimian Class Analysis. In: WRIGHT, E.O. (Ed.) *Alternative Foundations of Class Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. (Mimeo. Em avaliação).

HAUB, C. *Cuadro de la Población Mundial*. Washington: Population Reference Bureau, 2002.

HIRSCHL, T.A.; ALTABELLI, J.; RANK, M.R. *Affluence and Marriage: How Likely, How Often?* Cornell: Cornell University, Center for the Study of Inequality, Oct. 2001. (Working Paper Series, n. BLCC 01-14).

INHABER, H.; CARROLL, S. *How Rich is too Rich? Income and Wealth in America*. New York: Praeger, 1992.

LICHTER, D.T.; EGGBEEN, D.J. Rich Kids, Poor Kids: Changing Income Among American Children. *Social Forces*, v.71, n.3, p. 761-780, Mar. 1993.

MEDEIROS, M. *A construção de uma Linha de Riqueza a partir da Linha de Pobreza*. Brasília: IPEA, jul. 2001. (Texto para Discussão, n. 812).

_____. *A geografia dos ricos no Brasil*. Brasília: IPEA, 2004a. (Texto para Discussão, n. 1029).

_____. *As fontes de rendimento dos ricos no Brasil*. Brasília: IPEA, 2004b. (Texto para Discussão, n. 1014).

_____. *As oportunidades de ser rico por meio do trabalho estão abertas a todos?* Brasília: IPEA, 2004c. (Texto para Discussão, n. 1026).

_____. As teorias de estratificação da sociedade e o estudo dos ricos. *BIB: revista brasileira de informação bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 57, p. 69-89, 2004d.

_____. Estrutura familiar e rendimento do trabalho dos ricos. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, p. 365-382, 2004e.

_____. *O que faz os Ricos ricos: um estudo de fatores que determinam a riqueza*. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Brasília. Brasília: 2004f.

_____. *Os ricos e a formulação de políticas de combate à desigualdade e à pobreza no Brasil*. Brasília: IPEA, 2003. (Texto para Discussão, n. 984).

MERRILL LYNCH; CAP GEMINI ERNST & YOUNG. *World Wealth Report 2003: key findings*. New York: Merrill Lynch; Cap Gemini Ernst & Young, 2003.

MILLER, H.P. *Rich Man, Poor Man*. Thomas Y. New York: Crowel, 1971.

REIS, E.P.; CHEIBUB, Z.B. Valores políticos das elites e consolidação democrática. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.38, n.1, p.31-56, 1995.

SADECK FILHO, F.J. A influência da educação nos salários: Uma análise estratificada pela renda. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 7., 2001, Salvador. *Anais ...* São Paulo: ABET, 2001. (CD-Rom).

SØRENSEN, A. Foundations of neo-Ricardian Class Analysis. In: WRIGHT, E.O. (Ed.). *Alternative Foundations of Class Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. (Mimeo. Em avaliação).

_____. The Basic Concepts of Stratification Research: Class, Status and Power. In: GRUSKY, D.B. (Ed.) *Social Stratification: Class, Race, and Gender in Sociological Perspective*. Boulder: Westview Press, 2000.

VARELLA, S.F. *Trajetórias de enriquecimento da elite imigrante: industrialização, mobilidade e capital social*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia. Universidade de Brasília. Brasília, 2003.

WILLIAMSON, J.B. Beliefs About the Rich, the Poor and the Taxes They Pay. *American Journal of Economics and Sociology*, v.35, n.1, p.9-29, Jan. 1976.

WOLFF, E.N. *Recent Trends in Wealth Ownership, 1983-1998*. New York: Jerome Levy Economics Institute, Apr. 2000. (Working Paper, n. 300).

WRIGHT, E.O. A Framework of Class Analysis in the Marxist Tradition. In: WRIGHT, E.O. (Ed.) *Alternative Foundations of Class Analysis*. Cambridge: Cambridge, University Press, 2002. (Mimeo. Em avaliação).

_____. Varieties of Marxist Conceptions of Class Structure. In: GRUSKY, D.B. (Ed.) *Social Stratification: Class, Race, and Gender in Sociological Perspective*. Boulder: Westview Press, 2000.